

ADMINISTRAÇÃO

DIREITA X ESQUERDA

Câmara nega urgência e não vota lei que tira honraria de Bolsonaro

Pedido foi rejeitado por 17 votos contra 3; clima esquentou entre Duda Hidalgo, autora da proposta, e parlamentares do PL

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

A polêmica voltou a tomar conta da sessão da Câmara de Ribeirão, com direito a troca de farpas entre a vereadora Duda Hidalgo (PT) e integrantes da bancada de situação. O motivo: um projeto de lei de autoria da petista que prevê a vedação à concessão de títulos de cidadania e honrarias do Legislativo a pessoas com condenação definitiva pela Justiça.

A medida atinge em cheio o ex-presidente Jair Bolsonaro, recentemente condenado pela 1ª Turma do STF, em 11 de novembro, a 24 anos e 9 meses — chegando a 27 anos e 3 meses de pena total — por crimes contra o Estado Democrático de Direito, crimes contra o patrimônio público, organização criminosa armada e dano a patrimônio tombado. Ele recebeu título de cidadão ribeirão-pretano por iniciativa do presidente da Casa, Isaac Antunes (PL).

Duda havia apresentado um requerimento para que o projeto fosse votado em regime de urgência, o que obrigaria sua inclusão na pauta ainda neste ano. Com o resultado — derrota por 17 votos a 3 —, o projeto segue sem previsão de votação.

O texto também determina a revisão de homenagens concedidas após a condenação definitiva. “O projeto é

para garantir que daremos honraria a quem tem honra. Infelizmente, por vezes, existem malabarismos sendo feitos para que não se tenha a culpabilização e responsabilização de pessoas que são criminosas e não merecem honrarias dentro da nossa cidade”, disse.

Lincoln Fernandes (PL), líder do governo na Casa, foi um dos que rebateu a petista durante a sessão. “Talvez possamos dar um passo prematuro em querer julgar a biografia de alguém. A própria Justiça, em muitas ocasiões, se mostrou controversa. Temos um histórico de pessoas que ocupam cargos importantes e foram condenadas e descondenadas”, avaliou.

POLÊMICA

Após a votação, Duda justificou seu voto e cobrou os colegas. “Me choca a falta de coerência desta Câmara. Por inúmeras vezes tivemos discursos moralistas sobre condenações. Na hora em que temos a condenação do ex-presidente Bolsonaro, encaminham para protegê-lo”, afirmou.

Ela foi prontamente rebatida pelos parlamentares alinhados à situação (veja box ao lado). Duda disse, entretanto, que irá apresentar novamente o pedido de urgência. Se a urgência não for aprovada, não há data para que a proposta seja votada.



Duda Hidalgo, vereadora do PT, durante evento na Câmara

Após ‘massacre’, bancada da direita sai em defesa de Bolsonaro

Além de ver seu pedido de urgência ser derrotado com apenas três votos favoráveis — justamente os três da bancada do PT —, vereadora Duda Hidalgo ainda foi alvo do ataque de parlamentares do PL e do Republicanos.

Junin Dedê foi um dos que defendeu Bolsonaro. “Queria lembrar à vereadora que me antecedeu que Bolsonaro destinou, na pandemia, recursos que inclusive

salvaram o IPM do colapso (...) é inadmissível esse seletividade da colega que me antecedeu, particularizando apenas uma pessoa. Ela quer punir, mais uma vez, Jair Messias Bolsonaro, que tanto fez pela cidade de Ribeirão Preto.

Outro a criticar pessoalmente Duda foi o vereador Brando Veiga, do Republicanos. “Vou deixar essa questão ser decidida pela Justiça, mas gostaria de defender

que o plenário é soberano, e a votação de cada parlamentar deve ser respeitada. Não cabe `vereadora decidir o que faço como meu voto”, declarou.

Por fim, o presidente da Casa, Isaac Antunes (PL) também criticou a petista.

“Achei que o projeto era de fato para construir algo de bom para a cidade, mas agora ficou claro que é um apenas projeto para atacar o ex-presidente Bolsonaro”, disse.

NATAL E ANO NOVO

Ricardo propõe ‘extra’ no VR de plantonistas

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

Após registrar problemas na entrega da ceia de Natal para os servidores municipais de plantão no Natal do ano passado, a Prefeitura de Ribeirão Preto deve cancelar esse tipo de contratação. O prefeito Ricardo Silva (PSD) propôs o pagamento de um “extra” no cartão alimentação desses funcionários.

Protocolado na Câmara, o projeto prevê o crédito referente a um dia de trabalho no benefício, apenas pa-

ra os agentes escalados para trabalhar nas datas festivas. O pagamento substituiria a tradicional “ceia”, fornecida pela administração, principalmente nas unidades de saúde.

Em 2024, a empresa contratada pelo município descumpriu o cronograma de entrega em parte das unidades. Como resultado, servidores que não levaram comida — esperando pela alimentação fornecida pelo município — acabaram sem refeição ou recorrendo a deliverys.

“Sob a perspectiva da gestão administrativa, a adoção

do vale-alimentação extra se revela uma medida vantajosa, pois elimina a necessidade de realizar processos licitatórios específicos para o fornecimento de ceias de Natal e de Ano Novo. Além disso, contribui para a redução de riscos relacionados ao perecimento de alimentos, deficiências nutricionais ou falhas logísticas”, diz o texto encaminhado aos vereadores pelo prefeito.



UPA Oeste, uma das unidades que funcionará nas duas datas